

## Apresentação dos conceitos

**Indicador:** Segundo dicionário: *adj.* O que indica, que serve de indicação.

Aqui, o termo será utilizado associado a um outro termo, “espaço intra-urbano” que, segundo Villaça (2001), a terminologia é uma redundância, tendo em vista que o “espaço urbano” teria o mesmo significado.

Trata-se de um conjunto de **medidas** intra-urbanas que seriam mais significativas e que serviriam como **indicador** para o **conhecimento** e a **avaliação** de um determinado espaço.

**Habitação:** Segundo dicionário: *sm.* Lugar onde se habita, ocupa como residência.

Para Lefebvre (1991) [...] “é a moradia o lugar onde homens e mulheres vivem a experiência vital de tempo e espaço, um do outro.”

### Desenvolvimento urbano:

Para Banfield (1979), os únicos fatores que influenciam o desenvolvimento metropolitano são os relacionados à **população** (crescimento populacional) porque se a população aumenta, a cidade terá de se expandir, à **tecnologia** (dos transportes) porque permite os deslocamentos e o crescimento horizontal da cidade e a **renda** (distribuição) porque, alguns podem se permitir nova casa, tempo e dinheiro para deslocamento.

Um outro fator que explica as características do desenvolvimento urbano é o conceito de **cultura e classe** (entendido aqui como capacidade de permanência e manutenção do seu sistema e suas condições num futuro). Índices facilmente medidos como **renda, educação, ocupação e tipo de moradia** são tratados como indicadores de prestígio ou *status*. As pessoas colocadas na mesma classe de prestígio compartilham dos mesmos pontos de vista e estilo de vida. Num estudo citado por Ducan, observa-se certa especificidade de comportamento: [...] “*os empregos não estão presentes nas zonas residenciais caras mais do que os operários qualificados, mas que habitam com maior freqüência os bairros de prestígio em termos simbólicos*”. (Banfield, 1979). Uma outra pesquisa realizada por Lautmann e Guttman, relativa a cinquenta e cinco grupos de profissões, mostra a ausência de relação entre a proximidade geográfica e a proximidade ocupacional. Assim, **a implantação residencial dos lares dá-se segundo a articulação diferencial das diversas instâncias sociais num mesmo indivíduo, ou em uma mesma classe de indivíduos.** (Banfield, 1979).

Dentro dos limites fixados pela lógica do crescimento, é a mistura de culturas de classe, mais do que qualquer outra coisa, o que determina o caráter da cidade e a natureza dos seus problemas. A miscigenação das culturas e das classes poderia ser extremamente positiva quando aqueles dotados de menos cultura seriam contaminados pelos de maior cultura. No entanto, o que se observa numa sociedade onde as disparidades sociais são tão grandes como no caso brasileiro, é que isso tem contribuído para um isolamento social dentro da própria cidade, os bolsões de segregação e auto-segregação e pela forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, disparidades estas entendidas como em termos de diferenças e hierarquias.

Atualmente, a base fundamental do conceito esta diretamente ligado à **participação popular, meio ambiente e mobilidade urbana**. Este desenvolvimento associa-se à idéia de **sustentabilidade**.

### O conceito de metodologias

Ainda hoje, o planejamento urbano no Brasil traz os reflexos dos princípios da Carta de Atenas. Os modernistas deixaram no Brasil o conceito de pensar o planejamento urbano como uma grande obra de arquitetura e de funcionamento racional. No entanto, o que se observa é que este planejamento deixou algumas lacunas quando efetivamente aplicados, principalmente pela **desconsideração** das diversidades sociais existentes.

Recentemente, alguns estudiosos lançam **novos conceitos** de planejamento urbano embasados no princípio da necessidade de conhecer o espaço físico e social onde se vai intervir. Novas metodologias estão sendo criadas com o intuito de se fazer um diagnóstico detalhado do espaço intra-urbano considerando as distâncias e diferenças sociais entre regiões e até mesmo intra e entre municípios. Esta **nova forma de pensar** o urbanismo e o planejamento urbano busca fugir dos conceitos modernistas e pensa a cidade sem regras ou cartilhas. Propõe um urbanismo pensado em menor escala de abrangência, porém, mais efetivo, pois passa a **conhecer profundamente** a realidade em questão.

A **cúpula Mundial de 1992** sobre o Meio Ambiente, a **Cúpula Mundial de Copenhague de 1995** e a **Conferência das Nações Unidas sobre os assentamentos humanos – Habitat II em 1996** demarcaram, além do compromisso das nações com o desenvolvimento social, que as condições de vida não podem ser analisadas deslocadas das condições de **meio onde se vive**. Deste modo, qualificação de vida é ao mesmo tempo, qualificação e preservação do meio ambiente.

A construção do Índice de Desenvolvimento Humano (**IDH**) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (**PNDU**) em 1990 rompeu com o tradicional índice comparativo entre os países pelo genérico e unilateral PIB *per capita*.

A partir da metade da década, em 1995, foi realizada a primeira construção de **indicadores intra-urbanos** aplicados a uma cidade no caso brasileiro. Trata-se do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo.

A partir da década de 1990 houve a necessidade de obtenção de indicadores **desagregados**, que trabalha com o conceito de desagregação territorial, ou seja, divisões territoriais.

Este conceito permite uma visão intra-urbana mais precisa e detalhada das cidades analisadas, considerando as distâncias e diferenças sociais entre regiões e até mesmo intramunicípios. Desta forma, o conhecimento das desigualdades intramunicípios pode contribuir para uma melhor **visualização dos alcances e limites** das próprias políticas públicas ou iniciativas da sociedade civil no combate às desigualdades sociais.

O processo trata da construção de indicadores intraurbanos como um novo modo de compreender a dinâmica da cidade. Estas medidas se caracterizam pela busca de uma leitura das desigualdades internas dos territórios analisados.

[...] “**A propostas é capturar as desigualdades internas das cidades. Não se trata apenas de uma composição de indicadores que resultam em índices sociais e de desenvolvimento humano, trata-se de formas distintas de pensar a cidade e a sociedade revelando a capacidade de conhecer e compreender o processo de cada uma delas**”. (KOGA, 2001).

### Apresentação da metodologia :

A metodologia aqui apresentada desagrega o município a nível de bairro. Este nível de desagregação tem como objetivo fazer uma análise comparativa entre bairros de modo a identificar dentro da cidade áreas habitacionais mais ou menos desenvolvidas e que ofereçam qualidade de vida a seus habitantes.

Os indicadores aqui apresentados foram divididos em dois grandes grupos. O primeiro deles utiliza-se de medidas intra-urbanas e constrói indicadores a partir de **referências territoriais**. São eles: o indicador **ambiental, urbano** e de **infra-estrutura**. Estes indicadores são analisados de forma qualitativa eu cartográfica. O segundo grupo, utiliza-se de medidas no campo da **sociedade** para medir as desigualdades, diferenças e diversidade expressas no território. São eles: o indicador **habitacional** e o **social**.

A definição desses grupos procurou considerar e abranger todas as possíveis temáticas que possam influenciar as definições de desenvolvimento urbano eu qualidade de vida. A determinação dos indicadores tem o objetivo de conhecer uma situação existente, seja ela física ou social, e que precisa ser medida, analisada, comentada porque esta realidade tem uma implicação direta na vida das pessoas.

A base do método foram levantamentos de informações, dados estatísticos e sociais e um **cruzamento de informações** relevantes ao grupo em questão. Deste modo pode-se realizar um **diagnóstico** da área analisada para possíveis **avaliações** posteriores.

No primeiro grupo, as referencias de análise são as **legislações ambientais** municipais e estaduais pertinentes. Juntamente com plantas de cadastro e foto aérea permite verificar **manchas de ocupação**. Todas essas informações foram posteriormente laçadas em um mapa do **Plano Diretor** do distrito Sede. O resultado foi um mapa temático (mapa 01) que fornece todas as informações de caráter ambiental, e urbanístico pertinentes ao estudo apresentado. Vale ressaltar que para bairro João Paulo esta análise ficou prejudicada devido ao fato dos órgãos municipais competentes não possuírem plantas de cadastro da região.

Para o indicador de infra-estrutura a base dos dados foi o Censo Demográfico do IBGE para os itens como abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário. Para os outros itens foram realizados levantamentos *in loco* dos equipamentos urbanos, comércio, serviços e pavimentos além de levantamento de dados nos órgãos municipais competentes como Secretaria da Saúde, Secretaria de Educação, Instituto de Planejamento Urbano e Secretaria de Habitação. Foram considerados não somente a oferta local dos serviços, mas também, a acessibilidade dos moradores a serviços básicos de infra-estrutura e equipamentos urbanos, existentes ou não nas chamadas UEPs (Unidades Espaciais de Planejamento) e fora delas. Esta acessibilidade foi avaliada seguindo critérios estabelecidos nas legislações municipais existentes como por exemplo, a localização dos equipamentos, que determina as distâncias, ou a demanda dos habitantes pelos equipamentos considerados básicos.

Na análise do indicador urbano, procura-se avaliar principalmente a forma de ocupação do território e de inserção das habitações no meio. Deste modo, a análise dá-se nas relações da habitação no lote, análise do lote, nas relações do lote com a rua, a rua na composição do bairro e conseqüentemente a análise do traçado urbano. As observações também são feitas utilizando-se mapas temáticos construídos e neste momento as informações cadastrais foram imprescindíveis. A avaliações do bairro João Paulo também ficaram prejudicadas devido a falta de informações cadastrais.

No segundo grupo, foram considerados como critérios dados relevantes relacionados às unidades habitacionais e posteriormente seu conjunto o que resulta na composição da **paisagem urbana**. Este indicador foi considerado como pertencente ao segundo grupo por ser a representação direta de análise social. Itens como o tamanho das unidades e a forma de ocupação e assentamento também são analisados em mapas temáticos ( mapa 01). Os outros critérios faz-se uma análise visual eu identifica-se o predomínio.

Por fim, para o indicador social, são analisadas informações que caracterizam o bairro e definem o seu perfil social expresso no território. A obtenção desses dados são a base para qualquer avaliação posterior. Todas as informações obtidas foram extraídas do Censo Demográfico do IBGE, 2000 que foram laçadas em mapas e gráficos.

# HABITAÇÃO COMO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - SEMESTRE 2005/1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ACADÊMICA: YUZI ANAÍ ZANARDO

ORIENTADOR: PAULO RIZZO

02